

Estruturas Midiáticas de Contra-Poder: Mapeamento da Rede de Etnomídia Indígena da Amazônia Brasileira¹

Bryan Chrystian da Costa ARAÚJO²
Vilso Junior Chierentin SANTI³
Fernanda Fernandes da SILVA⁴
Universidade Federal de Roraima, UFRR

RESUMO

A invisibilização das pautas indígenas e ambientais na região da Amazônia brasileira são também uma analogia aplicável, pelo menos até o final do século XX, à consolidação de estruturas técnicas e/ou profissionalizadas de produção de conteúdo informativo acerca dos temas que envolvem a defesa e prevenção de causas das populações da Amazônia. Tanto em termos de mídia corporativa, no sentido dos veículos de comunicação clássicos do período analógico, como jornais impressos, ou redes de radiodifusão (predominantemente comerciais, à exceção das TVs educativas e rádios universitárias), quanto em grupos identificados com um padrão tecno-estético não hegemônico (BOLANO, 2000). Nesse cenário, a consolidação de uma rede de comunicação dedicados a reverberar as causas de interesses e conflitos populacionais esbarra na questão da propriedade, financiamento e gestão. Castro (2012) descreve com precisão esse palco ao tratar da constituição histórica do sistema de comunicação na Amazônia brasileira. Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins e Mato Grosso concentram algumas das mais baixas densidades demográficas do país (fator relacionado à predominância do perfil geográfico-ambiental, de vastas áreas ocupadas pela floresta e por áreas de preservação ambiental), o que incide também na ocupação urbana e no consequente desenvolvimento de estruturas independentes e/ou alternativas de produção e distribuição de informação. Resta ainda, junto aos oito estados citados, um território formado por municípios do estado do Maranhão, da região Nordeste, também integrante da chamada Amazônia Legal, delimitada em lei nacional para a definição de políticas

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 2 a 4 de junho de 2022.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCC-UNISINOS), email: bryanccaraujo@gmail.com

³ Docente do Curso de Comunicação Social - Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFRR), Doutor em Comunicação Social (PUCRS), vjrsanti@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação no Curso de Comunicação Social - Jornalismo (UFRR), email: fefernandes2504@gmail.com

públicas de desenvolvimento e que totaliza uma área correspondente a 61% do território nacional (IBGE, 2020). A região é também a que concentra a maior parte da população indígena brasileira – com mais de um terço dos povos indígenas habitantes do Brasil – segundo o último levantamento (IBGE, 2020b). A fase de surgimento da internet e das plataformas digitais, especialmente as Redes Sociais, como canais tecnológicos de produção e distribuição autônoma de conteúdo informativo, subvertendo a lógica da radiodifusão comercial predominante no Brasil, é um contexto ainda mais recente que remonta às primeiras décadas do século XXI. Entretanto, foi exatamente a consolidação de canais e formatos alternativos possibilitados pelas tecnologias digitais que oportunizou o surgimento de coletivos independentes, gestados e organizados por grupos de voluntários e autônomos, alguns ligados a organizações não governamentais ou a entidades civis, interessados na produção dos mais diversos tipos de conteúdo informativo relacionado às causas de interesse da sociedade civil – inclusive às causas e interesses dos Povos Indígenas. Essas são estruturas midiáticas de contra-poder (MORAES et al., 2013) fundamentais para a construção de discursos alternativos àqueles consolidados pela pauta majoritária ligada aos grandes veículos de imprensa. É assim que, conforme Ramonet (2013, p. 86) “(...) o monopólio da informação que os meios de comunicação dominantes exerceram em nossas sociedades vai chegando ao fim”. A democratização, o acesso e o financiamento às mídias alternativas são um dos temas mais reivindicados pelas organizações civis brasileiras, que entendem a comunicação não simplesmente como “ferramenta”, mas como uma das novas formas de organização social. Pois, em uma sociedade da informação, das redes, do conhecimento, ainda faltam políticas públicas, apoios e financiamento para as mídias livres, constituindo e consolidando uma nova “ecologia midiática” – um entendimento que vem se ampliando e disseminando nas últimas décadas com a ideia de comunicação pós-mídias digitais e a entrada em cena de uma multidão de novos atores e movimentos comunicacionais (BENTES, 2018). No caso da Amazônia, a recente repercussão das políticas ambientais do governo federal, especialmente as questões relacionadas às disputas de empresários, madeireiros e políticos para com os indígenas e suas terras, ao desmatamento de vastas áreas da floresta e às ameaças do avanço da grilagem em territórios demarcados, foram foco de uma série de reportagens no programa Fantástico, da Rede Globo, que ampliaram a sensibilidade para com os desastres naturais, gerando mobilização pública e pressão

sobre os atores políticos. A produção de pautas como essas, resultante da iniciativa de reportagem, e ancorada numa força produtiva da rede nacional (e não local) de produção, demonstra um contexto dissonante, mas que, para Castro (2012), acaba por confirmar a caracterização do complexo de comunicação da Amazônia. De acordo com o IBGE (2020b), existem pelo menos 305 povos indígenas no Brasil. As diversas e amplas causas ligadas à preservação da floresta e à manutenção da biodiversidade como ativo econômico, cultural e ambiental são transversais às lutas para a proteção desses povos – tais como as reivindicações por demarcações de territórios; as disputas com grileiros e desmatadores; o acesso às condições mínimas de manutenção das características dos modos de vida originários, com proteção a saúde e a sobrevivência etc. Conforme já afirmaram, primeiramente de forma visionária McLuhan (1964) ao popularizar o conceito de “aldeia global” e a seguir Castells (1999) com a noção de “sociedade em rede”, o surgimento dos novos meios de comunicação impõe uma adaptação progressiva e uma reorganização da humanidade, ao mesmo tempo em que as pautas que pareciam locais passam a ter um alcance cada vez mais amplo. Esse debate auxilia a compreensão do deslocamento do poder da mídia dos grandes conglomerados comerciais clássicos da imprensa no século passado para as estruturas de mídia alternativa e de contra-poder características das mídias digitais. Diante disso, apresenta-se, como hipótese para este trabalho, a perspectiva de estruturação de um conjunto representativo de organizações midiáticas, porém ainda discreto, em termos quantitativos no cenário amazônico. Este resumo expandido objetiva, portanto, compreender, ainda que de forma superficial dado o número reduzido de caracteres desse gênero textual e sua estrutura de apenas um parágrafo, a complexidade da teia de atores organizados e dedicados à defender e ampliar as causas de interesse dos povos indígenas para potencializar o discurso das causas essenciais à sua preservação e à prevenção desse ecossistema. O resumo pauta-se, nesse sentido, na realização de um mapeamento das práticas etnomidiáticas mobilizadas pelas organizações indígenas dos estados da Amazônia brasileira. Para tanto, acionamos uma metodologia híbrida de pesquisa (de caráter quantitativo e qualitativo), na medida em que objetivamos mapear a rede de etnomídia localizada e dirigida às causas dos povos da Amazônia. Etnomídia é entendida aqui, conforme Santi e Araújo (2021), como as práticas midiáticas de comunicação, institucionais ou não, protagonizadas por sujeitos indígenas ou indigenista, articulada aos princípios do Movimento dos Povos Indígenas e tendo

como ideal a busca por “novos” regimes de visibilidade. Assim, para atingir os objetivos realizamos uma pesquisa exploratória na internet, tendo como base as organizações parceiras da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), fundada no dia 19 de abril de 1989 e principal representante do Movimento Indígena na região amazônica. Os eventuais sites, blogs e perfis encontrados nessa investigação foram validados de acordo com dois critérios: periodicidade – caracterizada pela publicação de pelo menos um texto mensal; e, atualização da pauta abordada – com pelo menos uma postagem inserida mensalmente nos últimos seis meses. A mesma metodologia foi aplicada à pesquisa exploratória em três redes sociais; *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, destinada a localizar grupos dedicados à defesa das causas dos povos amazônicos, desde que identifiquem vinculação físico-geográfica com os estados integrantes da Amazônia Legal. Conforme demonstrado em trabalho anterior dos autores Santi e Araújo (2021), ao todo, a COIAB é parceira de 14 organizações indígenas da Amazônia Legal. Desse total, é importante entender que nem todas as entidades indígenas estão organizadas conforme um padrão jurídico de representação estadual. O Acre, por exemplo, não possui uma organização indígena que represente todos os povos do Estado. De modo semelhante, o Amazonas possui três organizações que representam povos de diferentes regiões. Já o Amapá e Rondônia possuem organizações de caráter interestadual. Por outro lado, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins possuem organizações próprias e que abrangem todos os povos das respectivas unidades federativas. Já o Pará possui duas organizações uma de caráter interestadual e outra que representa a maioria dos nativos da região. Devido ao espaço limitado, não listaremos o nome de todas as entidades, apenas as que tiveram seus perfis identificados nas redes sociais ou sites. Em uma primeira leitura dos resultados (comparando com o número de organizações parceiras da COIAB), das 14 instituições vinculadas, foram identificadas que 11 possuem algum tipo de dispositivo etnomidiático especializado na internet. Desse total, apenas o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Federação dos Povos Huni Kuin do Acre (FEPHAC) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), no Amazonas, possuem perfil no *Twitter*, *Instagram*, *Facebook*, além de um site. A Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (OPIROMA) é a única que só possui perfil no *Facebook* e a Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (ARPIT) somente no *Instagram*. Já a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais

Indígenas do Acre (AMAAIAC), a Manxinerune Tsihi Pukte Hajene (MATPHA), a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP) e a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME) possuem perfis tanto no Facebook quanto no Instagram. Em contrapartida, a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT) possui perfis em todas as redes sociais focos do estudo, como *Twitter*, *Instagram* e Facebook. Enquanto a Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA) não possui *Facebook*, mas tem perfil no *Instagram* e *Twitter*. Como resultado, destacamos, neste resumo, que a existência dessas práticas de Etnomídia já é, por si só, como indicam Di Felice e Pereira (2017), indicador de um processo de re-territorialização dos povos indígenas na ambiência midiática, bem como da complexidade de atores organizados e dedicados a visibilizar e defender às causas dos povos indígenas da Amazônia brasileira, expandindo a concepção dos territórios e cultura indígenas para outros meios que transcendem o espaço físico. Este processo, conecta o Movimento Indígena, nesse caso, suas organizações representativas, a outros povos e conjunturas socioculturais, estabelecendo um complexo ambiente que vincula a natureza espacial dos povos tradicionais a uma ambiência tecnomidiática. Isto posto, o breve mapeamento apresentado aqui possibilita identificar (ainda que de forma inicial) o cenário de virtualização e conformação das territorialidades midiáticas promovidas pelo Movimento dos Povos Indígenas nos estados da Amazônia Brasileira. Essa re-territorialização dos espaços virtuais/midiáticos tem como resultado, conforme Santi e Araújo (2021), a formatação de um complexo ecossistema que relaciona as vivências socioculturais dos povos originários ao espaço da comunicação midiática por eles vivenciado.

PALAVRAS-CHAVE: Etnocomunicação; Povos Indígenas; Amazônia; Comunicação Alternativa; Midiativismo

REFERÊNCIAS

BENTES, Ivana. Economia narrativa: do midiativismo aos influenciadores digitais. In: BRAIGHI, Antonio Augusto; LESSA, Claudio; CÂMARA, Marco Tulio (Orgs.) **Interfaces do Midiativismo** – do conceito à prática. 2018. Ebook. Disponível na internet em: <<https://interfacesdomidiativismo.wordpress.com/2017/12/07/download-do-e-book/>> p.151-169

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Fabio Fonseca. Geopolítica da Comunicação na Amazônia. In: **Revista Comunicação & Sociedade**. Ano 33. n.57. Universidade Metodista de São Paulo/ São Bernardo do Campo (SP). p. 149-169. Janeiro a junho de 2012.

CASTRO, Fabio Fonseca. Sistemas de comunicação na Amazônia. In: **Revista Fronteira – Estudos Midiáticos**. V.14. n.3. Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ São Leopoldo (RS). p.179- 191. Setembro a dezembro 2012.

DI FELICE, M.; PEREIRA, E. **Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação**. Paulus, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Amazônia Legal**. Disponível na internet em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>> Acesso em 04 junho de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **O Brasil Indígena**. Disponível na internet em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/download>> Acesso em 04 junho de 2020.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MORAES, Denis; RAMONET, Ignacio e SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contra-poder**. São Paulo: Boitempo, 2013. **Mídia, poder e contra-poder** – da concentração monopólica à democratização da Comunicação. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Orgs.). **Mídia, poder e contra-poder** – da concentração monopólica à democratização da Comunicação. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013. p.73-86.

SANTI, Vilso.; ARAÚJO, Bryan. **As territorialidades midiáticas e a des-re-territorialização do Movimento dos Povos Indígenas na Amazônia Brasileira**. In: XLIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021, Recife - PE. Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo - SP: Intercom, 2021. v. 1. p. 100-120.